

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0002519-74.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **INEZ FERREIRA DOS SANTOS**
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

INEZ FERREIRA DOS SANTOS ajuizou ação contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, pedindo a revisão do valor da renda mensal do seu benefício de pensão por morte acidentária, para que o cálculo se faça aplicando a ORTN/OTN como índice de correção dos 24 salários de contribuição.

valor da renda mensal de sua aposentadoria acidentária, para que o cálculo se faça em atenção à regra constante do artigo 29, § 5º, da Lei nº 8.213/91.

Citado, o INSS contestou o pedido, arguindo em preliminar a carência da ação e no mérito requerendo o reconhecimento da prescrição ou decadência, com extinção do processo.

A autora instada a manifestar-se sobre a contestação, quedou-se inerte.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Improcede o pedido de revisão da renda mensal do benefício.

A jurisprudência consolidou o entendimento em torno da decadência do direito, com base no artigo 103 da Lei nº 8.213/91, com a redação dada pela Lei nº 9.528, de 1997:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

Contado o prazo decadencial desde a data da edição da norma, o direito da autora desapareceu em 2007, muito antes da propositura da ação.

Tal orientação foi reafirmada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, julgados pela sistemática dos recursos repetitivos:

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PELO SEGURADO. DECADÊNCIA. DIREITO INTERTEMPORAL. APLICAÇÃO DO ART. 103 DA LEI 8.213/1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA MP 1.523-9/1997, AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DESTA NORMA. POSSIBILIDADE. TERMO A QUO. PUBLICAÇÃO DA ALTERAÇÃO LEGAL.

1. Aplica-se o prazo de decadência instituído pela Medida Provisória 1.523-9/1997, convertida na Lei 9.528/1997, ao direito de revisão dos benefícios concedidos anteriormente a esse preceito normativo, com termo a quo a contar da sua vigência (28.6.1997).
2. O fato de a Lei 10.839/2004 ter fixado o prazo de dez anos não altera a conclusão acima, já que a citada norma restabeleceu o prazo instituído pela Lei 9.528/1997 antes de ter transcorrido o lapso menor de cinco anos da Lei 9.711/1998.
3. Essa orientação foi reafirmada nos julgamentos dos Recursos Especiais 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, proferidos na sessão de 28.11.2012 (pendente de publicação), pelo rito dos recursos repetitivos (art. 543- C do CPC e Resolução STJ 8/2008).
4. No caso específico, o benefício previdenciário objeto de revisão foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

concedido antes de 28.6.1997, o que torna esta a data inicial da contagem do prazo. Contudo, a ação foi ajuizada após o decênio legal.

5. Agravo Regimental não provido.

STJ - AgRg no AREsp 211.225/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 08/05/2013. (sem grifos e destaques no original).

Diante do exposto, rejeito o pedido apresentado por INEZ FERREIRA DOS SANTOS contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.

A autora está dispensada do pagamento de despesas processuais.

P.R.I.C.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**